

TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE ARTICULADORES LOCAIS DA PIEC

Vitoria Moreira da Silva Barros¹, Paulo Henrique Pereira da Silva²

¹Graduada em Pedagogia – UFT. e-mail: vitoriamoreira1990@gmail.com

²Especialista em Ciências da natureza, suas tecnologias e o mundo do trabalho– UFPI. e-mail: pailohenrique.ph722@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A inserção das tecnologias digitais na educação básica brasileira intensificou-se nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas voltadas à ampliação da conectividade e ao uso pedagógico dessas ferramentas digitais. No cenário global, organizações como a UNESCO destacam a importância do acesso equitativo à internet e de práticas pedagógicas inovadoras para garantir a inclusão digital. No Brasil, essa agenda ganhou força com programas como o ProInfo, lançado em 1997, e mais recentemente com a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) e a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC).

O Programa de Inovação Educação Conectada foi instituído por meio do Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, cujo objetivo é alcançar a universalização do acesso à internet de qualidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. (BRASIL, 2017).

Este trabalho analisa a PIEC a partir do Curso de Formação de Articuladores Locais, criado para efetivar o princípio de “incentivo à formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia”. (BRASIL, 2021). Assim, o curso foi desenvolvido com o objetivo de qualificar os articuladores da PIEC, discutindo as dimensões visão, competência (formação), recursos educacionais digitais e infraestrutura, além das implicações políticas e pedagógicas do uso dessas tecnologias, a partir de referenciais críticos e das demandas contemporâneas da educação.

2 OBJETIVO

Analisar o Curso de Formação de Articuladores Locais do Programa de Inovação Educação Conectada, identificando suas dimensões e as implicações pedagógicas do uso das tecnologias digitais na educação básica, além de discutir os desafios e as possibilidades para sua implementação de forma crítica e emancipatória.

3 MATERIAL E MÉTODOS.

O estudo adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, fundamentada em pesquisa documental e bibliográfica. Foram analisadas matérias e documentos oficiais do Governo Federal e da Prefeitura de Palmas-TO, incluindo a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC) e iniciativas municipais de distribuição de equipamentos tecnológicos. A PIEC foi investigada a partir

do seu Curso de Formação de Articuladores Locais (BRASIL, 2018), com ênfase nas quatro dimensões estruturantes: visão, competência, recursos educacionais digitais e infraestrutura. O referencial teórico inclui autores críticos como Antunes (2020), Oliveira Júnior (2020), Gramsci (2000a), bem como pesquisadores da área de tecnologia educacional, como Kenski (2012) e Moran (2015), possibilitando articular a análise técnica à compreensão sociopolítica da inserção das tecnologias na educação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Documento de Formação de Articuladores Locais do Programa de Inovação Educação Conectada estrutura-se em quatro dimensões: visão, competência (formação), recursos educacionais digitais e infraestrutura. A dimensão Visão orienta a compreensão da tecnologia como aliada do ensino, ressaltando sua integração ao currículo e a importância de uma cultura escolar aberta à inovação.

A dimensão Competência está organizada em três eixos: pedagógico; social, ético, legal e cidadão; e desenvolvimento profissional. No eixo pedagógico, espera-se que os professores sejam capazes de planejar, aplicar e avaliar atividades que integrem recursos digitais, personalizando o ensino e acompanhando o progresso dos alunos. No eixo social, ético, legal e cidadão, destaca-se a promoção da cidadania digital e do uso ético das tecnologias, aspecto que dialoga com a crescente preocupação global sobre proteção de dados e segurança online. Já no eixo de desenvolvimento profissional, enfatiza-se o uso contínuo das tecnologias para formação e autoavaliação docente.

A dimensão Recursos Educacionais Digitais (REDs) reconhece a importância desses recursos para subsidiar a prática pedagógica e promover o protagonismo de professores e alunos na criação de conteúdos. São estabelecidos três critérios para adoção: qualidade, pertinência e relevância. Contudo, estudos como os de Vaz (2017) e Parra et al. (2018) indicam que, ao mesmo tempo em que ampliam o engajamento, os REDs podem servir também como mecanismos de coleta de dados e monitoramento, deslocando o papel do professor para mero gestor técnico. Isso exige reflexões críticas sobre o equilíbrio entre inovação e autonomia docente.

Por fim, a dimensão Infraestrutura destaca a necessidade de conectividade estável e de qualidade, equipamentos adequados e suporte técnico contínuo. Sem tais condições, as propostas da PIEC podem se limitar a iniciativas pontuais, incapazes de promover mudanças estruturais na qualidade do ensino. Segundo Kenski (2012), a infraestrutura não se resume à presença de equipamentos, mas envolve a criação de ambientes de aprendizagem que integrem tecnologia e pedagogia de forma coerente e sustentável.

Do ponto de vista crítico, as tecnologias digitais nas escolas não estão dissociadas de projetos políticos e econômicos mais amplos, podendo funcionar como instrumentos de

conformismo social e manutenção da hegemonia, como apontam os autores: “a escola, um dos locus de disseminação e consolidação da ideologia, é vista por Gramsci (2000a) como sustentáculo legítimo do consenso, onde se plantam as sementes de conformação do ideário social”. (DANTAS JUNIOR, 2005, p. 40). Assim, a implementação da PIEC deve ser acompanhada de uma reflexão profunda sobre autonomia pedagógica, formação crítica e proteção de dados dos estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Inovação Educação Conectada representa um avanço significativo no acesso à conectividade e na integração de tecnologias na educação básica. Entretanto, seu potencial transformador depende da capacidade de garantir formação docente crítica e de preservar a função social da escola. Sem essas condições, há o risco de reduzir o papel dos educadores a meros operadores de recursos tecnológicos e de subordinar o processo educativo a interesses mercadológicos e de vigilância. Também é fundamental que as redes de ensino invistam não apenas em equipamentos e conectividade, mas também em programas de formação continuada, espaços de diálogo entre educadores e políticas de proteção de dados escolares. Somente assim será possível transformar a conectividade em instrumento de emancipação e melhoria da qualidade educacional.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Universidade Federal do Tocantins (UFT) e à Universidade Federal de Goiás (UFG) pelo apoio e incentivo na realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9.204, de 23 de novembro de 2017. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14180.htm. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Formação de Articuladores Locais do Programa de Inovação Educação Conectada**. 2018. Disponível em: https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/curso_formacao_articuladores_locais_diagramado_17122018.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 11.713, de 26 de setembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11713.htm. Acesso em: 08 ago. 2025.

DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. ESTADO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA: reflexões teórico metodológicas da filosofia da práxis de Antonio Gramsci. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, p. 28-44, dez. 2005. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4836/art04_20.pdf. Acesso em: 08 ago. 2025.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. C. O conceito de hegemonia em Gramsci: possibilidades de compreensão a partir da educação. *ORG & DEMO* (Marília), v. 21, n. 2, p. 159-174, Jul./Dez., 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/9737>. Acesso em: 08 ago. 2025.

PARRA, Henrique Zoqui Martins; CRUZ, Leonardo; AMIEL, Tel; MACHADO, Jorge. Infraestruturas, Economia e Política Informacional: o caso do google suite for education. *Mediações*, Londrina, v. 23, p. 69-99, jun. 2018.

VAZ, Kamille. A Concepção de Professor na perspectiva inclusiva: disputas e estratégias de consolidação da política de educação especial no século xxi. In: GARCIA, Rosalba Maria Cardoso (org.). **Políticas de Educação Especial no Brasil no início do século XXI**. Florianópolis: Núcleo de Publicações, 2017. p. 7-261.

Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0 / Arnaldo Mazzei Nogueira...[et al.]; organização Ricardo Antunes; [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020. (Mundo do trabalho).